

PROBLEMATIZANDO UMA EDUCAÇÃO SURDA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ ES, POSSIBILIDADES DE DESAFIOS

Alessandra Silva Ramos Fernandes ¹

Ana Paula da Silva Santos ²

RESUMO

O presente estudo, recorte de uma dissertação de mestrado, destaca as complexidades enfrentadas no cotidiano das salas de aula das escolas públicas, que se trata de um espaço de construção contínua. Nesse cenário, destaco o público-alvo da educação especial, especialmente os/as estudantes surdos/as. O objetivo é investigar como os/as professores/as da educação básica, desenvolvem seu trabalho dentro da sala de aula com esses/as estudantes e quais são as estratégias utilizadas, os desafios enfrentados com esse público específico. Quando falamos de educação inclusiva, estamos falando de diversidade, de diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana é condição importante para se entender como aprendemos como compreendemos o mundo e a nós mesmos (Mantoan, 2003). Trata-se de um olhar baseado no respeito às diferenças que se configura no reconhecimento da igualdade de direitos (Fleuri, 2003). A metodologia contempla uma pesquisa bibliográfica, uma revisão de literatura e análise documental, descrevendo a história dos surdos/as, as políticas públicas e leis existentes no Brasil que auxiliem na igualdade de direitos, oportunidades, acesso e permanência aos cidadãos com surdez à educação, assim como o direito aos aspectos interculturais, priorizando a LIBRAS como principal forma de comunicação. Os resultados do estudo, apontam que a inclusão dos estudantes com necessidades específicas de aprendizagem no Brasil ainda é um desafio a ser superado nas escolas, assim como a importância da formação continuada dos profissionais da educação e da implementação de estratégias pedagógicas que promovam a inclusão de forma efetiva, além da necessidade de políticas públicas que promovam uma educação bilíngue, assegurando um ensino de qualidade para estudantes surdos/as. Entendemos que o estudo trás uma significativa contribuição para área educacional em relação à formação continuada de professores/as que atuam na educação especial em uma perspectiva inclusiva, especialmente com os/as estudantes surdos/as, contemplando todos/as os/as agentes escolares.

Palavras-chave: Educação de surdos/as, Inclusão, Educação Básica.

INTRODUÇÃO

O presente estudo, recorte de uma dissertação de mestrado, destaca as complexidades enfrentadas no cotidiano das salas de aula das escolas públicas, que se trata de um espaço de construção contínua, onde as relações humanas, os desafios estruturais e as políticas educacionais se entrelaçam para moldar as experiências educacionais. Trata-se do trabalho com a diversidade de sujeitos presentes, suas histórias,

¹ Mestranda em Educação da Universidade Estácio de Sá - UNESA, alessandrasrf@yahoo.com.br;

² Doutora em Educação e professora do PPGE/UNESA, ana.ssantos@estacio.br



vivências e contextos sociais, culturais e emocionais. Nesse cenário, destaco o público-alvo da educação especial, especialmente os/as estudantes surdos/as.

Dentro deste contexto, tem-se como problema de pesquisa conhecer os desafios e possibilidades enfrentadas pelos/as professores/as da educação básica na sala de aula regular, quando se tem estudantes surdos/as. Compreender melhor esses questionamentos são importantes para um possível avanço no processo de ensino aprendizagem desses estudantes. O objetivo desta pesquisa é identificar como os/as professores/as da educação básica percebem as práticas pedagógicas desenvolvidas com os/as estudantes surdos/as.

A justificativa deste estudo se refere a importância da educação dos sujeitos surdos/as a partir de uma perspectiva intercultural crítica, valorizando as experiências desses sujeitos, reconhecendo cada estudante surdo/a dentro do seu processo educativo, para promoção de uma educação efetiva. O trabalho intercultural tem a intenção de colaborar para superar a atitude de medo e também a indiferença diante do outro, construindo uma possibilidade para leitura positiva da pluralidade social e cultural. Trata-se na verdade de um novo olhar baseado no respeito às diferenças que se configura no reconhecimento da igualdade de direitos. (Fleuri, 2003). Paulo Freire já apontava aspectos importantes do que hoje seria a perspectiva intercultural na educação quando reconheceu a importância da dimensão cultural nas relações pedagógicas e por meio do diálogo nos processos educativos (Candau 2020).

A metodologia contempla uma pesquisa bibliográfica, uma revisão de literatura e análise documental, descrevendo a história dos surdos/as, as políticas públicas e leis existentes no Brasil que auxiliem na igualdade de direitos, oportunidades, acesso e permanência aos cidadãos com surdez à educação, assim como o direito aos aspectos interculturais, priorizando a LIBRAS como principal forma de comunicação

Quando falamos de educação, estamos falando de diversidade, de diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana é condição importante para se entender como aprendemos e também como compreendemos o mundo e a nós mesmos (Mantoan, 2003). A sala de aula é esse espaço onde nos deparamos com todas essas diferenças e para que o aprendizado desses sujeitos inseridos faça sentido e seja efetivo, é necessário incluí-los e também respeitá-los nas suas diferenças. Incluir não é apenas fazer parte.

A inclusão nos obriga a reconceituar a aula, o/a estudante e o/a professor/a nas formas inesperadas em que se manifestam. O processo de ensino-aprendizagem é



instigado pelas perturbações que conseguimos identificar no confronto das diferenças, dentro de uma escola que acolhe todos/as os estudantes (Mantoan, 2017). Para alcançar uma verdadeira inclusão escolar, é necessário que os planos educacionais sejam reformulados, promovendo uma educação orientada para a cidadania global. Essa educação deve ser abrangente, livre de preconceitos e focada no reconhecimento e valorização das diferenças. (Mantoan, 2003).

A presente pesquisa, intitulada Problematizando uma educação surda na educação básica no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES: possibilidades e desafios, está organizada em etapas que possibilitam uma abordagem crítica e reflexiva sobre o tema proposto. A introdução contempla o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa, delineando a relevância da investigação diante dos desafios enfrentados pela comunidade surda no contexto escolar. A metodologia adotada articula a pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura e a análise documental, permitindo o aprofundamento teórico e a compreensão histórica e normativa da educação de surdos/as. A revisão de literatura contribui para identificar os principais conceitos, debates e lacunas presentes na produção acadêmica sobre o tema, enquanto a análise documental possibilita o exame de fontes oficiais, legislações e registros institucionais que orientam as práticas educacionais voltadas ao público surdo. O referencial teórico fundamenta-se em autores que discutem a surdez sob perspectivas antropológicas, históricas e socioculturais, valorizando a identidade surda e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como elementos centrais na construção de uma educação inclusiva. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados da pesquisa, apontando caminhos para o fortalecimento de políticas e práticas que promovam a equidade e o reconhecimento da diversidade linguística e cultural nas escolas do município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

METODOLOGIA

Para o presente estudo foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e análise documental para atender ao objetivo proposto.

A pesquisa bibliográfica permite um levantamento de dados a partir de materiais já publicados, como livros e artigos científicos. Existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios são definidos como pesquisas bibliográficas e também a partir de técnicas de análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma grande quantidade de fenômenos, além de ser indispensável nos estudos históricos. A pesquisa bibliográfica se



utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto (Minayo, 1992). No caso da pesquisa em questão, é uma maneira de conhecer os fatos do passado a respeito da educação dos/as surdos/as.

A revisão de literatura contribui para o estudo na medida em que rever a literatura teórica da sua área de pesquisa, permitindo saber o que já é conhecido sobre o assunto pesquisado de modo particular ou sobre a área em geral, as teorias usadas ou debatidas acerca do tema, os conceitos, os debates teóricos ou metodológicos neste campo, as questões que continuam abertas, as lacunas e o que ainda não foi estudado (Flick, 2013).

A análise documental se trona primordial pois consiste na exploração das fontes documentais em grande número, mas que não receberam ainda um tratamento analítico e que pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, porém também existem documentos que de alguma forma já foram analisados, os relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas são exemplos desses documentos (Gil, 1989, p.73).

Dessa forma, a articulação entre pesquisa bibliográfica, revisão de literatura e análise documental configura-se como estratégia metodológica fundamental para a compreensão crítica das possibilidades e desafios da educação de surdos/as na educação básica no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Ao permitir o acesso a diferentes perspectivas teóricas, registros históricos e dados oficiais, essas abordagens viabilizam uma análise aprofundada das políticas educacionais, práticas pedagógicas e condições institucionais que permeiam o processo de escolarização dos/as estudantes surdos/as. Tal combinação metodológica contribui para evidenciar lacunas, tensões e avanços no campo da educação inclusiva, oferecendo subsídios para a problematização do tema e para a construção de propostas que promovam uma educação mais equitativa e sensível às especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para refletir sobre os fundamentos da educação de surdos/as na atualidade, é fundamental revisitar as origens históricas da surdez. O conhecimento da história dos surdos/as não só acrescenta informações valiosas, mas também nos permite refletir e questionar os diversos eventos relacionados à educação em diferentes períodos históricos.

Na era primitiva, quando ainda não havia organização social e também o nomadismo em que as pessoas viviam, os indivíduos que apresentavam alguma relação de dependência e inaptidão social eram banidos, abandonados à própria sorte. (Santiago



et al, 2019). Os indivíduos surdos/as eram marginalizados/as pela sociedade e, posteriormente, isolados/as em asilos sob o pretexto de proteção, uma vez que se acreditava que sua ‘anormalidade’ os tornava incapazes de receber educação. Esta conduta, marcada por uma intolerância arraigada e uma visão negativa, considerava-os como ‘anormais’ ou ‘doentes’ (Perlin; Strobel, 2008).

Durante séculos a pessoa surda foi marginalizada e não teve acesso à educação e nem podia exercer sua cidadania (Sanchez, 1990). Os filósofos também abordaram algumas concepções. Para Strobel, (2008), Aristóteles não considerava o surdo como ser humano, considerava-os incapazes e sem pensamentos, pois a fala era a condição para ser humano. O filósofo grego acreditava que a audição era a característica mais importante para a linguagem, pois representaria o desenvolvimento do pensamento.

Na Grécia e depois em Roma, os surdos/as eram condenados à morte ou à escravização, reforçando mais uma vez que o pensamento se desenvolvia por meio da palavra articulada oralmente, visto que era ausente o sentido da audição, foi considerado absurda a ideia de ensiná-los a falar, deportando-os como não humanos, da mesma forma como eram tratados os escravos e as mulheres da época (Fernandes, 2012). Na Grécia antiga, por ser uma civilização que valorizava muito a imagem do homem, reverenciava a perfeição física e cultuava ao corpo, as pessoas que nasciam com alguma deformidade física, sensorial, intelectual, social, eram mantidas fora do convívio social, pois não atendiam aos padrões estéticos daquela cultura clássica (Santiago *et al*, 2019).

A História das Comunidades Surdas está totalmente ligada à História da educação de surdos, foi nas primeiras escolas de surdos que estas pessoas se encontraram e compartilharam a língua, suas experiências, seus anseios, preocupações e também os desejos. Mas a História da Comunidade Surda não se esgota na educação (Carvalho, 2019). Em relação à comunidade surda entendemos que:

A comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes- membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros- que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização. (...) Em que lugares? Geralmente em associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros. (Strobel, 2008, p.29).

Na sociedade moderna, é inegável que a percepção de certos fenômenos sociais, especialmente a surdez, é ressignificada. As pessoas surdas passam a ser vistas sob uma nova perspectiva, surgindo os primeiros relatos de trabalhos sobre a educação de surdos,



bem como iniciativas voltadas para a educação de crianças surdas, com o objetivo de integrá-las à sociedade (Santiago *et al*, 2019).

No início do século XVI começa acontecer uma aceitação de que os surdos eram capazes de aprender, desde que tivesse recursos pedagógicos próprios. Certos filósofos e pensadores começaram a difundir a noção de que pessoas surdas eram capazes de aprender. Algumas experiências isoladas, realizadas por indivíduos comuns, demonstraram que a compreensão e a expressão de ideias não eram necessariamente dependentes da audição ou da fala (Fernandes, 2012). Porém, o propósito dos professores/as ainda era o de ensiná-los a escrever, a falar e a compreender a língua oral.

A educação de surdos/as começou na Espanha, no século XVI (1520-1584), com o monge beneditino Pedro Ponce de León, reconhecido oficialmente como o primeiro professor de surdos/as da história, que oferecia uma educação particular focada em ensinar a fala aos filhos/as de nobres, a escrever e a contar, utilizava gestos, já que a regra do silêncio era imposta (Fernandes, 2012).

A educação pública para surdos/as teve início com o Abade de L'Épée, que criou uma escola em sua casa, recebendo todos os surdos/as, independentemente de seu grupo social. (Carvalho, 2019).

A educação das pessoas surdas foi marcada por diferentes abordagens ao longo da história. Um exemplo de abordagem foi o gestualismo, liderado pelo abade L'Épée, propunha que a educação dos surdos/as deveria ocorrer por meio da língua de sinais, valorizando a comunicação visual e gestual como forma de instrução (Santiago *et al*, 2019). A posição gestualista de L'Épée que reconheceu a língua de sinais como único meio adequado para proporcionar o pensamento e a comunicação dos surdos/as trouxe significativas contribuições para a integração social.

A primeira língua de sinais do mundo, considerada a raiz de todas as outras línguas sinalizadas que foram disseminadas pelo planeta foi a língua de sinais francesa, resultado da junção de surdos/as europeus no Instituto de Surdos-mudos de Paris (Fernandes, 2012).

A compreensão do contexto histórico e cultural da pessoa surda, conforme discutido por Perlin, Strobel (2008), Fernandes (2012) e Sanchez (1990), revela a emergência de uma identidade surda marcada pela valorização da Língua de Sinais, pela constituição de comunidades linguísticas e pela afirmação de uma cultura própria. Superando paradigmas médicos e assistencialistas, os autores evidenciam que a surdez



deve ser abordada sob a perspectiva antropológica e sociocultural, reconhecendo o sujeito surdo como integrante ativo na construção de saberes e práticas educativas.

A partir da compreensão histórica e sociocultural da surdez, torna-se imprescindível reconhecer que os avanços na educação de surdos/as não se limitam às práticas pedagógicas, mas também se consolidam por meio de marcos legais que asseguram os direitos educacionais desse público. A trajetória de exclusão e marginalização vivenciada pelas pessoas surdas ao longo dos séculos evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade, o respeito à diferença e a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legítimo de comunicação e instrução. Nesse sentido, a legislação brasileira voltada à educação especial, especialmente aquela que contempla os estudantes surdos/as, representa um importante instrumento de garantia de acesso, permanência e aprendizagem, contribuindo para a construção de uma escola inclusiva e comprometida com a diversidade linguística e cultural. A seguir, serão apresentadas as principais leis e normativas que fundamentam os direitos educacionais do público-alvo da educação especial, com ênfase nas especificidades da educação de surdos/as.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, garante a oferta de educação especial na rede regular de ensino para indivíduos com necessidades específicas. Proporcionar educação de qualidade a esses estudantes é fundamental para promover sua participação plena na sociedade.

Uma outra lei de extrema importância para os estudantes surdos é a Lei N.º 10.436/2002, popularmente conhecida como Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais), desempenhou um papel importante na evolução da educação para surdos/as no Brasil. Ao longo de 20 anos, desde sua promulgação até 2022, essa legislação trouxe avanços significativos. Entre eles, destacam-se o aumento no ingresso de estudantes surdos e com deficiência auditiva na educação básica e superior, bem como a valorização da Libras nos diversos espaços da sociedade.

A Língua Brasileira de Sinais -Libras, por ser uma língua de modalidade viso-espacial, atende às especificidades linguísticas e visuais das pessoas surdas. Dessa forma, configura-se como uma língua autônoma, expressa por sinais e dotada de uma estrutura própria, distinta da língua portuguesa, que é de modalidade oral-auditiva. Com isso, compreendemos que, para que as pessoas surdas possam usufruir de uma educação



cidadã, democrática e plural, é imprescindível que suas particularidades linguísticas e culturais sejam respeitadas e valorizadas nos ambientes educacionais. Isso se faz necessário, pois muitos ambientes ainda seguem um modelo educacional monocultural, excludente e que silencia as pessoas surdas. (Santiago *et al*, 2019).

Ainda se tratando de legislações que asseguram os direitos de acesso e permanência dos/as estudantes surdos/as no ambiente escolar, respeitando sua cultura e sua forma de comunicação, o intérprete de Libras é um agente de fundamental importância na viabilização da comunicação entre surdos/as e ouvintes. O profissional intérprete de Libras tem sua função regulamentada pela Lei nº 14.704, De 25 DE OUTUBRO DE 2023, que altera a Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010, para estabelecer as condições de trabalho e o exercício profissional de tradutores, intérpretes e guias-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais-Libras. O parágrafo único fala das atribuições desse profissional no exercício de suas competências, nos incisos:

I - intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - intermediar a comunicação entre surdos e surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa;

III - traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa.' (Brasil, 2023, s/p).

A valorização dos aspectos interculturais na educação de surdos/as constitui um elemento fundamental para a construção de práticas pedagógicas inclusivas e respeitadas às singularidades linguísticas e culturais desse grupo. Reconhecer a interculturalidade implica compreender que os estudantes surdos/as não apenas compartilham uma língua visual-gestual própria, como também integram uma comunidade com identidade, valores e formas de expressão distintas. Ao incorporar essa perspectiva, a escola deixa de ser um espaço de assimilação e passa a ser um ambiente de diálogo entre culturas, promovendo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua legítima de instrução e interação. Assim, os aspectos interculturais favorecem o protagonismo dos sujeitos surdos/as, ampliam as possibilidades de aprendizagem e contribuem para a superação de práticas excludentes historicamente enraizadas no sistema educacional.

A Interculturalidade é apresentada como uma abordagem moderna para a interação cultural. Entender a interculturalidade como processo e projeto dirigido à construção de modos “outros” do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos



supostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngüe ou até mesmo da filosofia intercultural (Walsh, 2009).

A perspectiva intercultural propõe novas estratégias de relação entre sujeitos e entre grupos diferentes, com o desejo de promover a construção de identidades sociais e o reconhecimento das diferenças culturais, mas, ao mesmo tempo, procura enfatizar a relação crítica e solidária entre elas (Fleuri, 2001).

A perspectiva intercultural desafia a visão essencialista das culturas e das identidades culturais, entendendo-as como processos contínuos de elaboração, construção e reconstrução. Embora cada cultura possua suas raízes, essas raízes são históricas e dinâmicas, não limitando os indivíduos a padrões culturais fixos. (Candau, 2020).

Quando consideramos a educação intercultural entre surdos e ouvintes, percebemos que o processo de ensino e aprendizagem abrange a incompletude dos saberes, bem como as trocas e diálogos possíveis entre esses grupos. Ao refletirmos sobre uma educação que adere aos princípios da interculturalidade, constatamos que isso possibilita que as pessoas surdas sejam reconhecidas como cidadãos ativos, capazes de construir suas próprias histórias. Essas histórias incluem narrativas, memórias, empoderamento e mediação cultural, conferindo-lhes uma identidade rica e significativa (Santiago *et al*, 2019).

Na prática pedagógica, o principal desafio reside na necessidade de abordar a diversidade e as contradições dos modelos culturais que influenciam a formação da visão de mundo dos estudantes. O foco central da educação passa da transmissão de uma cultura homogênea e coesa para a preocupação fundamental de elaborar a diversidade de modelos culturais que interagem na formação dos estudantes. (Fleuri, 2001).

Nesse contexto, emerge a possibilidade de uma educação intercultural entre surdos/as e ouvintes, que promove a efetivação da proposta inclusiva.

Estudos recentes como o de Barbosa (2023) aponta que a inclusão dos/as estudantes com necessidades especiais no Brasil ainda é um desafio a ser superado nas escolas.

A autora Oliveira (2015), revela a partir do seu estudo, a complexidade das práticas educacionais inclusivas e a necessidade de uma abordagem pedagógica que respeite e valorize a identidade linguística e cultural dos surdos/as.

A autora Pozzer (2015) aponta algumas fragilidades e problemas que são enfrentados como: a falta de professores/as qualificados; escolas adequadas no que concerne à infraestrutura; a falta de distinção por parte dos/as professores/as em relação



ao entendimento sobre o que é deficiência e o que é dificuldade de aprendizagem; o medo de receber um estudante surdo/a; a falta de relação entre esse estudante e os demais sujeitos dentro da sala de aula e em todo ambiente escolar, dentre outras fragilidades. Enfatiza que todos estes problemas demonstram que o sistema educacional brasileiro está dificultando qualquer possibilidade de inclusão do estudante surdo/a assim como, também, das pessoas com deficiência.

A pesquisa examina práticas pedagógicas e dificuldades cotidianas, contribuindo para a compreensão das necessidades dos estudantes e professores/as. Ressalta a importância de uma formação contínua e especializada dos docentes e a relevância de políticas públicas que ofereçam recursos adequados. Os achados indicam a necessidade de um esforço conjunto entre educadores/as, gestores/as e a comunidade para promover um ambiente escolar inclusivo (Pozzer, 2015).

O artigo dos/as autores/as Silva, Maia e Pedroza (2024) sinaliza como considerações relevantes a necessidade de refletir sobre a história da Educação de surdos/as a partir dos sujeitos que a formam. Ampliar novas formas de leitura de mundo sobre os acontecimentos que sujeitem um grupo de minoria transforma a prática educativa para uma emancipação do conhecimento e de saberes. Os/as autores/as ainda reforçam a importância da observação da história da Educação de surdos/as a partir de uma perspectiva da história crítica dos surdos/as e devolver a eles seu papel de protagonismo e de atores sociais. Refletir sobre a importância do reconhecimento da Libras como língua oficial para presença participativa do povo surdo/a. A pesquisa também ajudou compreender que existe um movimento de recusa do povo surdo quanto à opressão, este povo resiste por meio da valorização de sua cultura e identidade.

Diante das reflexões apresentadas, o referencial teórico desta pesquisa evidencia que a educação de surdos/as é atravessada por múltiplas dimensões históricas, filosóficas, culturais e linguísticas, que precisam ser consideradas na construção de práticas pedagógicas inclusivas e efetivas. A superação de paradigmas excludentes e assistencialistas demanda o reconhecimento da surdez como diferença e não como deficiência, valorizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a identidade surda e a constituição das comunidades surdas como espaços legítimos de produção de saberes. Assim, compreender a trajetória dos sujeitos surdos/as e os debates que permeiam sua educação é essencial para problematizar os desafios enfrentados na educação básica, especialmente no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, e para vislumbrar



possibilidades que promovam uma educação mais equitativa, plural e comprometida com a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do referencial teórico e dos objetivos propostos que é identificar como os/as professores/as da educação básica percebem as práticas pedagógicas desenvolvidas com os/as estudantes surdos/as, assim como as estratégias utilizadas com esse público em questão e também os desafios enfrentados, esta pesquisa permitiu refletir criticamente sobre os modos como os/as professores/as da educação básica desenvolvem suas práticas pedagógicas junto aos estudantes surdos/as, evidenciando tanto as estratégias utilizadas quanto os desafios enfrentados no cotidiano escolar. A análise revelou que, embora haja avanços legais e conceituais no reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural, ainda persistem lacunas significativas na formação docente, na oferta de recursos acessíveis e na valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como instrumento legítimo de mediação do conhecimento. As estratégias adotadas pelos/as professores/as, muitas vezes baseadas em esforços individuais e adaptações pontuais, demonstram a urgência de políticas públicas que garantam formação continuada, presença de intérpretes qualificados e materiais didáticos bilíngues. Além disso, os desafios enfrentados — como a ausência de apoio institucional, a escassez de recursos e a falta de preparo para lidar com a diversidade linguística — reforçam a necessidade de uma escola comprometida com a interculturalidade, que reconheça a identidade surda e promova práticas pedagógicas inclusivas. Assim, conclui-se que a efetivação de uma educação de qualidade para estudantes surdos/as requer não apenas o cumprimento da legislação vigente, mas também uma mudança de paradigma que valorize a diferença como potência e promova o diálogo entre culturas no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vagner Vieira. **Os desafios da gestão escolar e do corpo docente em relação a inclusão de alunos surdos: uma proposta de revisão de literatura**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2023.



BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Brasília. Acesso em: 14 jun. 2024. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20232026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais** 1994 Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, **para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20232026/2023/Lei/L14704.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Didática, Interculturalidade e Formação de professores: desafios atuais**. Rio de Janeiro, edição especial num.8. Jan./Abr./ 2020 p. 28-44 ISSN: 2237-0315. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3045>. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

CARVALHO, Paulo Vaz. **História da Educação de Surdos: O que dizem as fontes documentais**. Revista Online Mediações, Setúbal, Vol. 7, n. 7, 2019. Disponível em: <https://mediacoes.eses.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/214/pdf> Acesso em: 15 de out. 2024.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Desafios à Educação Intercultural no Brasil**. Florianópolis, nº0, vol.2, 2001. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/alicerreferencia,+6++Desafios+%C3%A0+Educa%C3%A7%C3%A3o+Intercultural+no+Brasil%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/alicerreferencia,+6++Desafios+%C3%A0+Educa%C3%A7%C3%A3o+Intercultural+no+Brasil%20(2).pdf). Acesso em: 07 de nov. de 2024.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Santa Catarina, nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de nov. de 2024.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Desafios à Educação Intercultural no Brasil**. Educação, Sociedade e Cultura, Portugal, v.16, n.16, p.45-62, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa, Um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.



GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições**. Inc.Soc., Brasília, DF, v.10 n.2, p.37-46, jan./jun. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/grmb,+art-03-inc.soc.v8-n2-art-03%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/grmb,+art-03-inc.soc.v8-n2-art-03%20(1).pdf). Acesso em: 11 set. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC- ABRASCO, 1992.

PERLIN, Gladis; Strobel, Karin. **Fundamentos da educação de Surdos**. Florianópolis, 2008. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXT0_BASE_Fundamentos_Educ_Surdos.pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2024.

OLIVEIRA, Paula de Carvalho Fragoso. **Os Desafios da Inclusão de Surdos no Contexto Escolar e a Aquisição da Língua Portuguesa na Proposta de Educação Bilingue**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdtu.uerj.br:8443/handle/1/10672>. Acesso em: 10 de set. 2024.

POZZER, Angélica. **A inclusão de Alunos Surdos em Escola Regular e os Desafios para a Formação de Professores**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das missões URI, 2015. Disponível em: https://ppgedu.fw.uri.br/storage/siteda4b9237baccdf19c0760cab7aec4a8359010b0/dissertacoes/discente19/arq_1620321185.pdf. Acesso em: 10 de set. 2024.

SÁNCHEZ, C. *La increíble y triste historia de la sordera*. Merida, Venezuela: CEPROSORD, 1990.

SANTIAGO, Valquiria de Novais, et al. "Surdos e ouvintes: por uma educação intercultural, democrática e plural." **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1-19, dezembro de 2019. Disponível em: <https://periódicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 14 de jun. de 2024.

SILVA, Simone Aparecida dos Santos et al. História da educação de surdos: Uma decolonialidade possível contra a colonialidade de poder linguístico. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, e0156, p.1-20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0156>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/PW58KYNC7hnZxnZwCS4w6WK/?format=pdf&lang=p>t. Acesso em: 10 de set. 2024.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.



WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, Re-existir e Re-viver.** In: Candau, Vera Maria (org) Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas Rio de Janeiro:7Letras, 2009 (p12-43). Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/24_Wash_Interculturalidade.pdf. Acesso em: 15 de nov. de 2024.

